



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIÚVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: [licitacao@apiuna.sc.gov.br](mailto:licitacao@apiuna.sc.gov.br) ou [licita@apiuna.sc.gov.br](mailto:licita@apiuna.sc.gov.br)

Folha nº

## AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE LICITAÇÃO

Eu, MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito de Apiúna, ordeno ao setor de Licitações que proceda a abertura de Processo Licitatório para **CONTRATAÇÃO PARCELADA DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA TODOS OS CAMPEONATOS E COMPETIÇÕES MUNICIPAIS QUE SERÃO REALIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES** na modalidade de Pregão Eletrônico e designo a Comissão de Licitações nomeada na portaria de número 432 / 2026 para realizar os procedimentos referentes ao certame.

Apiúna, 15 de junho de 2026

---

MARCELO DOUTEL DA SILVA

PREFEITO DE APIÚNA



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE APIÚNA  
RUA QUINTINO BOCAIUVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000  
Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [licitacao@apiuna.sc.gov.br](mailto:licitacao@apiuna.sc.gov.br) ou [licita@apiuna.sc.gov.br](mailto:licita@apiuna.sc.gov.br)

Folha nº

**AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO – SRP 54/2026**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO PARCELADA DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA TODOS OS CAMPEONATOS E COMPETIÇÕES MUNICIPAIS QUE SERÃO REALIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES**

**INFORMAÇÕES DE DATA E HORA**

**DATA INICIAL PARA ENVIO DE PROPOSTAS** 30/06/2026 a partir das 09h

**DATA FINAL PARA ENVIO DAS PROPOSTAS** Até 08h50 do **14/07/2026**

**DATA LIMITE ESCLARECIMENTO/IMPUGNAÇÃO** **ATÉ O DIA 09/07/2026**

**INFORMAÇÕES DE ACESSO E OBTENÇÃO DE AVISO**

**ENDEREÇO DA DISPUTA DE PREÇOS** [www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br)

**ACESSO AO AVISO** [www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br)  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
<https://www.apiuna.sc.gov.br/>

**CONSULTAS/ESCLARECIMENTOS** [licita@apiuna.sc.gov.br](mailto:licita@apiuna.sc.gov.br) ou [licitacao@apiuna.sc.gov.br](mailto:licitacao@apiuna.sc.gov.br) ou  
TEL (47) 3353-2000

**INFORMAÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO**

**FORMA DE ADJUDICAÇÃO** MENOR PREÇO POR LOTE

**INSTRUMENTO CONTRATUAL** ATA DE REGISTRO DE PREÇO + EMPENHO

**COTAS EXCLUSIVAS** **SIM – LOTE 1, 3, 4, 5,**

**AMPLA CONCORRÊNCIA** **Lotes 2 e 6**

**COTAS RESERVADAS** **NÃO**

**TRATAMENTO FAVORECIDO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE LOCAIS E REGIONAIS SEDIADAS NA REGIÃO** Será concedido tratamento diferenciado e favorecido às microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e ao microempreendedor individual (MEI) sediados na região abrangida pela AMVE – Associação de Municípios do Vale Europeu, nos termos do art. 38, §§ 1º, 2º e 3º do Decreto nº 4.764/2024, com a redação dada pelo Decreto nº 5.237/2025, de 11 de abril de 2025, conforme justificativa constante no Termo de Referência – Anexo I

**EXIGE AMOSTRA** **NÃO**

**FUNDAMENTAÇÃO** Lei Federal nº 14.133/2021, IN nº 67/2021 e DECRETO MUNICIPAL Nº 4764/2024

**MODO DE DISPUTA** **ABERTO**

**VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO** **R\$ 480.841,00**



## EDITAL

### PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇO Nº 54 / 2026 MUNICÍPIO DE APIÚNA

A participação será exclusiva para empresas enquadradas como ME ou EPP, **exceto para os lotes 2 e 6, conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 .**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO PARCELADA DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA TODOS OS CAMPEONATOS E COMPETIÇÕES MUNICIPAIS QUE SERÃO REALIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES**

O MUNICÍPIO DE APIÚNA, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A PREFEITURA MUNICIPAL, REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE **PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇO**, NOS TERMOS CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

Data da sessão: 14/07/2026

Horário: 09h

Local: Portal ComprasBr – [www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br)

Critério de Julgamento: Menor Preço - (Nova Lei de Licitações)

Modo de disputa: Por Lote

Impugnações e Esclarecimentos até o dia 09/07/2026

#### 1. DO OBJETO.

**1.1.** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **CONTRATAÇÃO PARCELADA DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA TODOS OS CAMPEONATOS E COMPETIÇÕES MUNICIPAIS QUE SERÃO REALIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** A licitação será por LOTE conforme tabela constante do Termo de Referência, conforme justificativa constante no termo de referência.

**1.3. O critério de julgamento adotado será Menor Preço por lote** considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas às exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

#### 2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas provenientes do presente edital correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s), podendo ser acrescentadas novas dotações conforme a necessidade:



#### Dotações Orçamentárias

300 - 13.001.2132.333903999000000000.150070000000 - Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica

### 3. DO CREDENCIAMENTO.

**3.1.** Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar no Portal de Licitações através do site “<http://comprasbr.com.br>”.

**3.2.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

**3.3.** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Apiúna, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**3.4.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**3.4.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

**4.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no PORTAL COMPRASBR.

**4.2.** A participação será exclusiva para empresas enquadradas como ME ou EPP, exceto para os lotes 2 e 6, conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

**4.2.1** Será concedido tratamento diferenciado e favorecido às microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e ao microempreendedor individual (MEI) sediados na região abrangida pela AMVE – Associação de Municípios do Vale Europeu, nos termos do art. 38, §§ 1º, 2º e 3º do Decreto nº 4.764/2024, com a redação dada pelo Decreto nº 5.237/2025, de 11 de abril de 2025, conforme justificativa constante no Termo de Referência – Anexo I.

**4.2.1.1** Integram a região da AMVE os seguintes municípios: Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó.

**4.3.** Não poderão participar desta licitação os interessados:

**4.3.1.** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**4.3.2.** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**4.3.3.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**4.3.4.** Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;



- 4.3.5.** Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.3.6.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 4.4.** A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021. A vedação de participação a consórcio pode ocorrer, porém de forma motivada no processo licitatório.
- 4.5.** Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.5.1.** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
- 4.5.1.1.** Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 4.5.1.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 4.5.2.** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.5.3.** Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.5.4.** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.5.5.** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;
- 4.5.6.** Que a proposta foi elaborada de forma independente;
- 4.5.7.** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.5.8.** Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.
- 4.6.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**



**5.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**5.2.** Ultrapassada a fase de lances do pregão, será solicitado aos vencedores a apresentação dos documentos exigidos para fins de habilitação deste edital. Os licitantes terão o prazo de 2 (duas) horas para anexar no sistema eletrônico todos os documentos exigidos neste edital, podendo este prazo ser prorrogado por mais 2 (duas) horas, desde que solicitado pelo licitante com justificativa aceita pelo Agente de Contratações.

**5.2.1** O licitante poderá, se desejar, anexar antecipadamente ao sistema a documentação de habilitação, juntamente com a proposta.

**5.2.2** Recomenda-se nomear cada arquivo anexado nas fases de habilitação e proposta com a respectiva cláusula do edital que o exige.

**5.3.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**5.4.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

**5.5.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5.6.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

**5.7.** Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**5.8.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregão e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**5.9.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.**

**6.1.** O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**6.1.1.** Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

**6.1.2.** Marca de cada item ofertado;

**6.1.3.** Modelo de cada item ofertado;

**6.1.4.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;



**6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**6.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

**6.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**6.5.** O prazo de validade da proposta será de no mínimo **90 (Noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**6.5.1.** Caso julgue necessário, o Pregoeiro poderá solicitar a prorrogação do prazo de validade das propostas, por escrito, antes do término do prazo de validade inicialmente estipulado. A prorrogação do prazo de validade das propostas poderá ser concedida uma única vez e por período determinado pelo Pregoeiro, não podendo ultrapassar o limite máximo de 90 (noventa) dias;

**6.5.2.** Caso a licitação não se conclua no prazo de validade da proposta, mesmo sem a manifestação de interesse do pregoeiro, fica a proposta automaticamente prorrogada em mais 90 (noventa) dias.

**6.6.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

**6.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**6.8.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.**

**7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

**7.2.1.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**7.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



- 7.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5.1.** O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.
- 7.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7.** O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (UM REAL)**.
- 7.8.1.** **O pregoeiro poderá ajustar o valor do lance mínimo, bem como, refazer a etapa de lances para corrigir erros sanáveis.**
- 7.9.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 7.10.** Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.12.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.13.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.14.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.15.** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.
- 7.16.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.17.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIÚVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: [licitacao@apiuna.sc.gov.br](mailto:licitacao@apiuna.sc.gov.br) ou [licita@apiuna.sc.gov.br](mailto:licita@apiuna.sc.gov.br)

Folha nº

**7.18.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**7.19.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no <http://www.comprasbr.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.20.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**7.21.** Em relação a lotes não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte (lotes 2 e 6), uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

**7.22.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**7.23.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**7.24.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**7.25.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e o microempreendedor individual – MEI regionais sediados nos municípios que integram a região da AMVE, conforme tópico 4.2.1 e 4.2.1.1 deste edital.

**7.26** Considerar-se-á vencedores da licitação licitantes enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas no município de Apiúna com lance de até 5% (cinco por cento) maior que o melhor preço válido na licitação, respeitando o preço máximo previsto no edital.

**7.27.** Não havendo microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Apiúna, cuja proposta esteja no limite de 5% previsto no caput, a prioridade poderá ser dada para as microempresas e empresas de pequeno porte regionais, assim entendidas como aquelas sediadas em municípios da região da AMVE, conforme mencionando no termo de referência.



**7.28.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**7.29.** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

**7.30.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

**7.30.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**7.30.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

**7.30.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**7.30.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

**7.31.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**7.31.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**7.31.2.** Empresas brasileiras;

**7.31.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**7.31.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009

**7.32.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**7.33.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**7.34** O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**7.34.1.1** A proposta readequada deverá utilizar as planilhas disponibilizadas no anexo II. Deverá preencher com todo o detalhamento dos serviços, incluindo os valores unitários e total de cada item/subitem constante na planilha Anexo II deste edital. Os valores não poderão ultrapassar os valores indicados memoriais descritivos e planilhas orçamentárias, nem o valor máximo do serviço referido no anexo.

**7.35.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**7.36. Será facultado ao pregoeiro, em qualquer fase da sessão pública, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório.**

**7.37 Observações:**

- Caso os proponentes apresentem valores com 03(três) ou mais casas, o Pregoeiro considerará apenas as 02 (duas) primeiras.
- Havendo divergência entre o valor unitário e o valor total do item cotado, será considerado, para fins de julgamento das propostas, o primeiro.
- A simples apresentação da proposta por si só implicará na plena aceitação, por parte do licitante, de todas as condições deste edital e seus anexos, independentemente.

**8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

**8.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**8.2.** Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

**8.3.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**8.3.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**8.4.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

**8.5.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

**8.6.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

**8.7.** Se ainda persistirem dúvidas, o Pregoeiro, poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar além dos mencionados na tabela do item 8.1.1, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.7.1.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

**8.7.2.** Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIÚVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: [licitacao@apiuna.sc.gov.br](mailto:licitacao@apiuna.sc.gov.br) ou [licita@apiuna.sc.gov.br](mailto:licita@apiuna.sc.gov.br)

Folha nº

classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação.

**8.7.4.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**8.7.4.1.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**8.7.4.2.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital e no Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.

**8.7.4.3.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo(s) primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

**8.7.4.4.** Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

**8.7.4.5.** Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 5 (cinco) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

**8.7.4.6.** Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

**8.8.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**8.9.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**8.10.** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**8.11.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**8.12.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**8.13.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**8.14.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

**8.15. Será solicitado aos vencedores a apresentação dos documentos exigidos para fins de habilitação deste edital. Os licitantes terão o prazo de 2 (duas) horas para anexar no sistema eletrônico todos os documentos exigidos neste edital,**



**podendo este prazo ser prorrogado por mais 2 (duas) horas, desde que solicitado pelo licitante com justificativa aceita pelo Agente de Contratações e/ou pregoeiro.**

**8.15.1. O licitante poderá, se desejar, anexar antecipadamente ao sistema a documentação de habilitação, juntamente com a proposta.**

**8.15.2. Recomenda-se nomear cada arquivo anexado nas fases de habilitação e proposta com a respectiva cláusula do edital que o exige.**

## **9. DA HABILITAÇÃO.**

**9.1. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O PREGOEIRO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO PORTAL DO COMPRASBR, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:**

**9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ([www.portaldatransparencia.gov.br/](http://www.portaldatransparencia.gov.br/));**

**9.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).**

**9.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>**

**9.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.**

**9.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.**

**9.1.4.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.**

**9.1.4.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.**

**9.1.5. Constatada a existência de sanção, em âmbito municipal, estadual ou federal, o pregoeiro declarará o licitante inabilitado, por ausência de condição para participação.**

**9.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.**



**9.2.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL COMPRASBR** em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

**9.2.1.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do PORTAL COMPRASBR, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

**9.2.2.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

**9.3.** Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

**9.4.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas** sob pena de inabilitação.

**9.5.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**9.6.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**9.7.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**9.7.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**9.8.** Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

#### **9.9. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**9.9.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.9.2.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);



**9.9.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**9.9.4.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

**9.9.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**9.9.6.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**9.9.7.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

**9.9.8.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

#### **9.10. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

**9.10.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

**9.10.2.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**9.10.3.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**9.10.4.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**9.10.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

**9.10.6.** Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

**9.10.7.** Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

**9.10.8.** Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.



### 9.11. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

**9.11.1.** Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

**9.11.2.** No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

**9.11.3.1.** Considerando que o objeto da presente contratação consiste na prestação de serviços de arbitragem esportiva, composição de junta disciplinar desportiva e gravação/transmissão de eventos esportivos, de natureza predominantemente técnica e operacional; considerando que a contratação será realizada por meio de Sistema de Registro de Preços, com execução parcelada conforme a demanda da Administração, sem garantia de contratação integral dos quantitativos estimados; considerando que os riscos de inexecução contratual mostram-se reduzidos diante das características do objeto e das exigências de qualificação técnica estabelecidas para a seleção dos futuros contratados; considerando que, embora o valor estimado da contratação seja de R\$ 480.841,00, sua execução não demanda investimentos significativos, aquisição prévia de insumos de elevado valor ou estrutura financeira complexa; e considerando, ainda, que a maior parte dos lotes destina-se à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, conclui-se que a exigência de balanço patrimonial não se mostra necessária nem proporcional aos riscos da contratação, podendo representar ônus administrativo sem benefício efetivo à segurança da execução contratual. **Dessa forma, opta-se pela dispensa do balanço patrimonial, permanecendo as demais exigências de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica, consideradas suficientes para assegurar a adequada execução do objeto e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.**

**9.11.3.2.** Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

### 9.12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

**9.12.1 Para todos os lotes:** a empresa proponente deverá comprovar registro ativo no CREF (Conselho Regional de Educação Física), com jurisdição no Estado onde estiver sediada.

**9.12.2 Para todos os lotes:** Atestado de Capacidade Técnica, emitida através de declarações ou certidões por empresa de direito público ou privado;



9.12.3 **Para o Lote 03:** Junto ao atestado acima mencionado a empresa deverá apresentar cópia autenticada de no mínimo 01 (uma) sumula de um jogo de futebol de salão, 01 (uma) sumula de vôlei de areia ou quadra, 01 (uma) sumula de futebol de campo apitados por arbitro FEDERADO OU NÍVEL ESTADUAL.

9.12.4 **Para o Lote 04 :** Junto ao atestado acima mencionado a empresa deverá apresentar cópia autenticada de no mínimo 01 (uma) sumula de um jogo de futebol de salão, apitados por arbitro CONFEDERADO E DE NÍVEL NACIONAL.

9.12.5 Para o Lote 05: Junto ao atestado acima mencionado a empresa deverá apresentar cópia autenticada de no mínimo 01 (uma) sumula de um jogo de futebol de salão, apitados por arbitro FIFA OU DE NÍVEL INTERNACIONAL.

#### 9.12.6. Observações:

- **A justificativa para qualificação técnica consta no termo de referência.**
- **A comprovação da qualificação dos profissionais que atuarão em cada evento será apresentada pela contratada quando da execução contratual, mediante documentação comprobatória compatível com as exigências estabelecidas para o respectivo lote, conforme clausula 9.3 do termo de referência.**
- **A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.**
- **A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.**

9.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.14. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.



## 9.19. OUTROS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

### 9.19.1 - Declarações Obrigatórias:

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

## 10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

**10.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (DUAS) HORAS** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

**10.1.1.** Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**10.1.2.** Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**10.1.3.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**10.1.4.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

**10.2.** Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

**10.2.1.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**10.3.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**10.4.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**10.5.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## 11. DOS RECURSOS.



**11.1.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

**11.2.** O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.3.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.4.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

#### **11.5. DA FORMAÇÃO CADASTRO RESERVA.**

**11.5.1.** Após a fase de manifestação de interesse em apresentar recurso, o pregoeiro responsável concederá, por meio do sistema, um prazo de 5 (cinco) minutos para que os licitantes expressem interesse em aderir ao cadastro de reserva para o fornecimento do item ou lote disputado, nas mesmas condições de preço estabelecidas para o vencedor do certame. No caso de ausência de manifestação dentro desse prazo, considera-se que o licitante não tem interesse em ser incluído na ata para efeitos de criação do cadastro de reserva.

**11.5.2** A apresentação de interesse de outros licitantes aderirem ao cadastro reserva, não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

**11.5.3** Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas no decreto 4764/2024 e Lei 14.133/2021.

**11.5.4** A habilitação dos licitantes que irão compor o cadastro de reserva ocorrerá apenas no momento prévio à contratação.

#### **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.**

**12.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**12.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**12.1.2** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos



termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**12.1.3.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**12.1.4.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**12.1.5.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

### **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.**

**13.1.** Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicou e homologou a licitação.

### **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.**

**14.1.** Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

### **15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

**15.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

**15.2.** O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**15.2.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

**15.2.2.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**15.3.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

**15.3.1.** Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

**15.3.2.** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;



**15.3.3.** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**15.4.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

**15.5.** Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

**15.6.** Na hipótese de o vencedor da licitação se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## **16. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**16.1.** Poderá ser concedido o reajuste e o reequilíbrio econômico-financeiro se ocorrerem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, que alterem as condições do contrato de forma significativa, desde que esteja em conformidade com as disposições do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

## **17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.**

**17.1.** Os serviços serão executados pelo regime de empreitada por preço unitário, cuja a execução consta detalhada no termo de referência –Anexo I.

**17.2.** Os serviços deverão ser prestados nos perímetros urbano e rural do Município de Apiúna/SC, em locais previamente definidos e informados pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, conforme cronograma e demanda da Administração.

**17.2.1.** No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente aos serviços executados, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável

**17.3.** A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais/serviços, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

**17.4.** Os materiais que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

**17.5.** O objeto do contrato será recebido:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIUVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: [licitacao@apiuna.sc.gov.br](mailto:licitacao@apiuna.sc.gov.br) ou [licita@apiuna.sc.gov.br](mailto:licita@apiuna.sc.gov.br)

Folha nº

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**17.6.** O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

**17.7.** O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

**17.8.** Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**17.9.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.

**17.10.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**17.11.** O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

**17.12.** O fiscal designado não deverá ter exercido a função de Pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 - Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).

**17.13.** A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 - Plenário).

**17.14.** A nomeação de fiscais e auxiliares será realizada através de portaria.

## **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.**

**18.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e Minuta do Contrato anexa a este Edital.

## **19. DO PAGAMENTO.**

**19.1.** O pagamento será efetuado em 30 dias após a execução dos serviços, através de depósito bancário, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal/fatura, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao setor de contabilidade para que este proceda à realização do registro da liquidação da despesa no respectivo sistema orçamentário, financeiro e contábil.

**19.1.1.** Todos os pagamentos serão efetuados pelo **MUNICÍPIO**, após serem as notas fiscais conferidas e atestadas pela fiscalização e a **CONTRATADA**, sendo permitida a retenção de tributos municipais, **conforme legislação vigente e suas alterações.**



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIÚVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: [licitacao@apiuna.sc.gov.br](mailto:licitacao@apiuna.sc.gov.br) ou [licita@apiuna.sc.gov.br](mailto:licita@apiuna.sc.gov.br)

Folha nº

**19.2.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.

**19.3.** Já estão incluídos nos preços todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento, inclusive as despesas com fretes, seguros em geral, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário, bem como lucro, sem que caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à Contratante.

**19.4.** Deverá ser emitida Nota Fiscal para o o CNPJ nº 79.373.767/0001-16.

**19.4.1.** A empresa deverá apresentar Nota Fiscal com CNPJ idêntico ao apresentado na proposta e conseqüentemente lançado na Nota de Empenho, devendo constar também o número do processo licitatório e a modalidade, e da Ordem de Compra a fim de acelerar o trâmite de recebimento do produto(s)/serviço(s) e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**19.5.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**19.6.** Antes de cada pagamento à contratada, a CONTRATANTE poderá realizar de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

**19.7.** Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

**19.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**19.9.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

**19.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

**19.10.1.** Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

**19.11.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



**19.11.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**19.12.** O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada uma vez satisfeitas às condições estabelecidas no Edital.

**19.13.** Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

## **20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

**20.1.** As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

**20.2.** Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:

**20.2.1.** Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

**20.2.2.** Multa, conforme os seguintes critérios:

**20.2.2.1.** No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;

**20.2.2.2.** No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

**20.2.2.3.** No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

**20.2.2.4.** No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;

**20.2.2.5.** No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;

**20.2.2.6.** No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na entrega da mercadoria / prestação do serviço.

**20.2.3.** Suspensão de Participação em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 20.2.2.2 à 20.2.2.5 e 20.2.4.1 à 20.2.4.2.

**20.2.4.** Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

**20.2.4.1.** Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em contrato;

**20.2.4.2.** Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;



**20.2.4.3.** Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

**20.2.4.4.** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**20.2.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**20.3.** Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

**20.4.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**20.5.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município de Apiúna poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**20.6.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**20.7.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

**20.8.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**20.9.** As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no Diário Oficial dos Municípios.

**20.10. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**20.10.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:**

**a) PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

**b) PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

**c) PRÁTICA CONCERTADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIÚVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: [licitacao@apiuna.sc.gov.br](mailto:licitacao@apiuna.sc.gov.br) ou [licita@apiuna.sc.gov.br](mailto:licita@apiuna.sc.gov.br)

Folha nº

**d) PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

**e) PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

## **21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.**

**21.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

**21.2. A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA através dos e-mails: [licita@apiuna.sc.gov.br](mailto:licita@apiuna.sc.gov.br) e [licitacao@apiuna.sc.gov.br](mailto:licitacao@apiuna.sc.gov.br).**

**21.3.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal ComprasBr e sítio oficial do município no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**21.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**21.5.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

**21.5.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**21.6.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio [www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br), sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

**21.7.** A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

## **22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.**

**22.1.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

**22.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**22.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIÚVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: [licitacao@apiuna.sc.gov.br](mailto:licitacao@apiuna.sc.gov.br) ou [licita@apiuna.sc.gov.br](mailto:licita@apiuna.sc.gov.br)

Folha nº

**22.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**22.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**22.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**22.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**22.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**22.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**22.10.** O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**22.10.1.** A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**22.11.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**22.12.** O Município de Apiúna poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

**22.12.1.** A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

**22.12.2.** A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

**22.13.** É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

**22.14.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: [www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br)/[www.apiuna.sc.gov.br](http://www.apiuna.sc.gov.br) , e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Quintino Bocaiúva, 204, Apiúna/SC – Cep: 89.135-000, nos dias úteis, no horário das 07 às 17 horas, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.

**22.15.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;**



**ANEXO II** - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

**ANEXO III** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;

**ANEXO IV** – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

**ANEXO V** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;

**ANEXO VI** – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;

**ANEXO VII** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

**ANEXO VIII** – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

**ANEXO IX** – MINUTA DO CONTRATO;

**ANEXO X** – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

### **23. DA LEGISLAÇÃO APLICADA.**

**23.1.** Aplica-se ao presente edital, nas partes omissas e aplicáveis de direito, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) Lei Orgânica do Município de Apiúna;
- d) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal;
- e) Lei Complementar Federal nº 123/2006. Estatuto de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;
- f) Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção;
- g) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- i) Lei Federal nº 14.133/21. Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- j) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- k) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- l) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da Administração Pública;
- m) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- j) Decreto nº 4764/2024 – Município de Apiúna.

Apiúna, 15 de junho de 2026

**MARCELO DOUTEL DA SILVA**  
**PREFEITO MUNICIPAL DE APIÚNA**



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIÚVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: [licitacao@apiuna.sc.gov.br](mailto:licitacao@apiuna.sc.gov.br) ou [licita@apiuna.sc.gov.br](mailto:licita@apiuna.sc.gov.br)

Folha nº

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 54 / 2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 54 / 2026

(O Termo de Referência encontra-se em arquivo anexo).



## ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 54 / 2026  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 54 / 2026

SESSÃO PÚBLICA: 14/07/2026 – 09h

LOCAL: [www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br)

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE			
Razão Social:			
CNPJ:			
Endereço:			
Cidade/UF:	CEP:		
E-mail:	Fone:		

Lote 1- CONSELHO DE JULGAMENTO DESPORTIVO					
Item	Quant.	Unidade	Produto(s)/Serviço(s)	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	10	UNIDADE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COMPOSIÇÃO DE JUNTA DISCIPLINAR OU CONSELHO DE JULGAMENTO (COM JULGAMENTOS NO PRAZO MÁXIMO DE 10 DIAS CADA)	R\$ 772,08	R\$ 7.720,80
					VALOR TOTAL DO LOTE: 7.720,80

Lote2- ARBITRAGEM EM NÍVEL REGIONAL					
Item	Quant.	Unidade	Produto(s)/Serviço(s)	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
2	25	DIARIA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE VOLEIBOL E VÔLEI DE AREIA PESSOAL NECESSÁRIO: DOIS ÁRBITROS E UM MESÁRIO. DIARIA COM ATE 4H DE TRABALHO	R\$ 953,18	R\$ 23.829,50
3	40	DIARIA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL SUÍÇO. PESSOAL NECESSÁRIO: DOIS ARBITROS E UM MESÁRIO. DIARIA COM ATE 4H DE TRABALHO	R\$ 762,48	R\$ 30.499,20
4	80	JOGO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL SUÍÇO, COM DOIS TEMPOS DE VINTE MINUTOS CORRIDOS POR JOGO. PESSOAL NECESSÁRIO: DOIS ARBITROS E UM MESÁRIO	R\$ 370,76	R\$ 29.660,80
5	40	JOGO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL DE CAMPO COM 02 TEMPOS DE 45 MINUTOS CADA.	R\$ 934,29	R\$ 37.371,60



			PESSOAL NECESSARIO: UM ARBITRO, DOIS ASSISTENTES E UM MESARIO		
6	350	JOGO	PRESTACAO DE SERVICO DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE BOCHA, PARTIDA DE 24 PONTOS. PESSOAL NECESSARIO: UM ARBITRO	R\$ 91,91	R\$ 32.168,50
7	60	DIARIA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE MESA E REDE, NAS MODALIDADES: SINUCA, TENIS DE MESA, XADREZ, CANASTRA, TRUCO, DOMINÓ ENTRE OUTROS; PESSOAL NECESSARIO: UM ARBITRO. DIARIA DE ATÉ 4H DE TRABALHO	R\$ 452,53	R\$ 27.151,80
8	50	JOGO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE SALÃO, COM DOIS TEMPOS DE VINTE MINUTOS CORRIDOS, SENDO O ÚLTIMO MINUTO CRONOMETRADO (POR JOGO). PESSOAL NECESSARIO: DOIS ARBITROS E UM MESARIO	R\$ 383,19	R\$ 19.159,50
9	50	JOGO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE SALÃO, COM DOIS TEMPOS DE VINTE MINUTOS CRONOMETRADO. PESSOAL NECESSARIO: DOIS ARBITROS E UM MESARIO	R\$ 402,83	R\$ 20.141,50
10	60	DIARIA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE SALÃO, CATEGORIA DE BASE, SENDO DIARIA DE ATÉ 4 HORAS DE SERVICO - PESSOAL NECESSARIO: DOIS ARBITROS E UM MESARIO	R\$ 883,81	R\$ 53.028,60
11	50	DIARIA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE SALAO, SUICO, FUTEBOL DE CAMPO E DEMAIS MODALIDADES - CATEGORIA DIVERSAS, SENDO DIARIA DE ATÉ 4 HORAS DE SERVICO - PESSOAL NECESSARIO: UM AUXILIAR DE ARBITRAGEM	R\$ 402,75	R\$ 20.137,50
Valor total do lote: R\$ 293.148,50					

**Lote 3 - ARBITRAGEM EM NÍVEL FEDERADO OU ESTADUAL**

Item	Quant.	Unidade	Produto(s)/Serviço(s)	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
12	50	JOGO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE VOLEIBOL E VOLEI DE AREIA, COM SETS DE VINTE E CINCO PONTOS, MELHOR DE TRÊS SETS (TIE BRIEK DE QUINZE PONTOS). PESSOAL NECESSARIO: DOIS ARBITROS SENDO UM FEDERADO OU DE NÍVEL ESTADUAL E UM MESARIO POR JOGO	R\$ 412,54	R\$ 20.627,00



13	10	JOGO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL DE CAMPO COM 02 TEMPOS DE 45 MINUTOS CADA. PESSOAL NECESSARIO: UM ARBITRO FEDERADO OU DE NIVEL ESTADUAL, DOIS ASSISTENTES E UM MESARIO	R\$ 1.272,39	R\$ 12.723,90
14	50	JOGO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE SALÃO, COM DOIS TEMPOS DE VINTE MINUTOS CORRIDOS OU CRONOMETRADO (POR JOGO). PESSOAL NECESSARIO: UM ARBITRO FEDERADO OU DE NIVEL ESTADUAL, UM ARBITRO REGIONAL E UM MESARIO	R\$ 517,65	R\$ 25.882,50
Valor total: R\$ 59.233,40					

<b>Lote 4 - ARBITRAGEM EM NÍVEL CONFEDERADO OU NÍVEL NACIONAL</b>					
Item	Quant.	Unidade	Produto(s)/Serviço(s)	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
15	20	JOGO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE SALÃO, COM DOIS TEMPOS DE VINTE MINUTOS CORRIDOS OU CRONOMETRADO, PESSOAL NECESSÁRIO: UM ARBITRO CONFEDERADO OU DE NÍVEL NACIONAL, UM ARBITRO REGIONAL E UM MESÁRIO	R\$ 1.068,70	R\$ 21.374,00
Valor total: R\$ 21.374,00					

<b>Lote 5 - ARBITRAGEM EM NÍVEL INTERNACIONAL OU FIFA</b>					
Item	Quant.	Unidade	Produto(s)/Serviço(s)	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
16	10	JOGO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE SALÃO, COM DOIS TEMPOS DE VINTE MINUTOS CORRIDOS OU CRONOMETRADO (POR JOGO). PESSOAL NECESSÁRIO: UM ARBITRO FIFA OU DE NIVEL INTERNACIONAL, UM ARBITRO FEDERADO OU DE NÍVEL ESTADUAL E UM MESÁRIO	R\$ 1.565,92	R\$ 15.659,20
Valor total: R\$ 15.659,20					



Lote 6 – EQUIPE DE GRAVAÇÃO DE IMAGENS DOS JOGOS ARBITRADOS					
Item	Quant.	Unidade	Produto(s)/Serviço(s)	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
7	30	DIARIA	EQUIPE DE GRAVAÇÃO DE IMAGENS DOS JOGOS ARBITRADOS. CONTENDO NO MINIMO 2 CÂMERAS,1 NARRADOR, 1 REPORTER, E AUXILIAR COM TRANSMISSÃO AO VIVO E GRAVADO, DIÁRIA DO SERVIÇO DE 04 HORAS.	R\$ 2.790,17	R\$ 83.705,10
					Valor Total do lote: R\$ 83.705,10

A EMPRESA: ..... DECLARA QUE:

- 1 - ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
- 2 - VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (NOVENTA) DIAS.
- 3 - PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
- 4 - QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
- 5 - QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, NO ENDEREÇO INDICADO NESTE EDITAL, TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

LOCAL E DATA

\_\_\_\_\_  
CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.

**Dados Bancários para Depósito:**

Banco:			
Agência:		Dígito:	
Conta:		Dígito:	

**Dados do responsável para assinatura do contrato:**

Nome:	
CPF e RG:	
E-mail do responsável:	

**NOTA:** A proposta de preços poderá ser apresentada nesta folha-modelo, ou, se preferir, a proponente poderá usar papel próprio, desde que nele constem todos os dados, sem qualquer alteração, apresentados neste modelo, obrigando-se inclusive a respeitar a ordem numérica dos itens, sob pena de desclassificação da proposta.



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIÚVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: [licitacao@apiuna.sc.gov.br](mailto:licitacao@apiuna.sc.gov.br) ou [licita@apiuna.sc.gov.br](mailto:licita@apiuna.sc.gov.br)

Folha nº

## **ANEXO III – DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54 / 2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 54 / 2026**

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA.  
AO Pregoeiro E EQUIPE DE APOIO.

\_\_\_\_\_, PORTADOR DO RG \_\_\_\_\_, ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, DECLARA EXPRESSAMENTE QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL ACIMA CITADO E QUE ACATARÁ INTEGRALMENTE QUALQUER DECISÃO QUE VENHA A SER TOMADA PELO ÓRGÃO LICITANTE QUANTO À QUALIFICAÇÃO APENAS DAS PROPONENTES QUE TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E QUE DEMONSTREM INTEGRAL CAPACIDADE DE EXECUTAR O FORNECIMENTO DO BEM PREVISTO.

DECLARA, AINDA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, A INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO OU QUE COMPROMETA A IDONEIDADE DA PROPONENTE.

\_\_\_\_\_ EM, \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2026.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



## ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54 / 2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 54 / 2026

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

....., INSCRITO NO CNPJ Nº ....., POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A) ....., PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº ..... E CPF Nº....., DECLARA, PARA FINS DO DISPOSTO NO INC. VI DO ART. Nº 68 DA LEI Nº 14.133/2021, QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS.

RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ ( ).

.....  
(DATA)

.....  
(REPRESENTANTE LEGAL



## ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA. (MODELO)

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54 / 2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 54 / 2026

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE), COMO REPRESENTANTE DEVIDAMENTE CONSTITUÍDO DE (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE), PARA FINS DO DISPOSTO NO EDITAL DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54 / 2026 DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, EM ESPECIAL O ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, QUE:

A) A PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54 / 2026, FOI ELABORADA DE MANEIRA INDEPENDENTE (PELO LICITANTE), E O CONTEÚDO DA PROPOSTA NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54 / 2026, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

B) A INTENÇÃO DE APRESENTAR A PROPOSTA ELABORADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54 / 2026 NÃO FOI INFORMADA, DISCUTIDA OU RECEBIDA DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54 / 2026, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

C) QUE NÃO TENTOU, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA, INFLUIR NA DECISÃO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54 / 2026 QUANTO A PARTICIPAR OU NÃO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

D) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54 / 2026 NÃO SERÁ, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, COMUNICADO OU DISCUTIDO COM QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54 / 2026 ANTES DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

E) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54 / 2026 licitação NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER INTEGRANTE DO MUNICÍPIO DE APIÚNA, ANTES DA ABERTURA OFICIAL DAS PROPOSTAS; E

F) QUE ESTÁ PLENAMENTE CIENTE DO TEOR E DA EXTENSÃO DESTA DECLARAÇÃO E QUE DETÉM PLENOS PODERES E INFORMAÇÕES PARA FIRMÁ-LA.

....., ..... DE ..... DE 2026.

REPRESENTANTE LEGAL



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIUVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: [licitacao@apiuna.sc.gov.br](mailto:licitacao@apiuna.sc.gov.br) ou [licita@apiuna.sc.gov.br](mailto:licita@apiuna.sc.gov.br)

Folha nº

## ANEXO VI – DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54 / 2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 54 / 2026

[**NOME DA EMPRESA**], [QUALIFICAÇÃO: TIPO DE SOCIEDADE (LTDA, S.A, ETC.)], ENDEREÇO COMPLETO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº [XXXX], NESTE ATO REPRESENTADA PELO [CARGO] [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº [XXXX], INSCRITO NO CPF SOB O Nº [XXXX], **DECLARA**, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E PELO ARTIGO 4º DA LEI Nº 14.133/2021.

DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA, SER:

( ) **MICROEMPRESA** – RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A 360.000,00 E ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** – RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A 360.000,00 E IGUAL OU INFERIOR A 4.800.000,00 VALORES , ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

Declara ainda que no ano corrente não celebrou contratos com a Administração Pública, seja ela Federal, Estadual ou Municipal **cujos valores superem a receita bruta admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte**. Assim sendo, para fins que se fizer de direito, e por possuir poderes legais para tanto, firmo a presente.

### OBSERVAÇÕES:

● ESTA DECLARAÇÃO PODERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006;

● A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME E ASSINATURA DO CONTADOR

(NO CASO DE ME E EPP)

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

CRC: \_\_\_\_\_



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIÚVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: [licitacao@apiuna.sc.gov.br](mailto:licitacao@apiuna.sc.gov.br) ou [licita@apiuna.sc.gov.br](mailto:licita@apiuna.sc.gov.br)

Folha nº

## ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O PROPONENTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54 / 2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 54 / 2026**

À

**PREFEITURA DE APIÚNA**

AO Pregoeiro / EQUIPE DE APOIO

A EMPRESA ....., INSCRITA NO CNPJ Nº ....., POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR....., PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº..... E DO CPF Nº ....., DECLARA NÃO TER RECEBIDO DO MUNICÍPIO DE \_\_\_\_\_/UF OU DE QUALQUER OUTRA ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E OU IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, ASSIM COMO NÃO TER RECEBIDO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

\_\_\_\_\_ EM, \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2026.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



**ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.  
(MODELO)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54 / 2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 54 / 2026**

A .....(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº....., LOCALIZADA À  
....., Informações Bancárias: CONTA CORRENTE: \_\_\_\_\_, AGÊNCIA: \_\_\_\_\_,  
BANCO \_\_\_\_\_ DECLARA, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021, QUE CUMPRE TODOS OS  
REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO PARA ESTE CERTAME LICITATÓRIO NO MUNICÍPIO DE APIÚNA – PREGÃO ELETRÔNICO  
Nº 54 / 2026

....., ..... DE ..... DE 2026.

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE LEGAL



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIÚVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: [licitacao@apiuna.sc.gov.br](mailto:licitacao@apiuna.sc.gov.br) ou [licita@apiuna.sc.gov.br](mailto:licita@apiuna.sc.gov.br)

Folha nº

**ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_/20\_\_**

**PREGÃO ELETRÔNICO 54/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 54/2026**

A minuta do contrato encontra-se em arquivo anexo no site



## ANEXO X – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº \_\_\_/20\_\_

### PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS Nº 54 / 2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 54 / 2026

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE APIÚNA, inscrito no CNPJ sob o nº 79.737.767/0001-16, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, 204, Bairro Centro, Apiúna, Estado de Santa Catarina, CEP: 89135-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Senhor MARCELO DOUDEL DA SILVA, considerando o julgamento do Pregão eletrônico para Registro de preços nº xx/20xx, resolve registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, Decreto Municipal nº 4764/2024, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente Contrato é a aquisição de CONTRATAÇÃO PARCELADA DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA TODOS OS CAMPEONATOS E COMPETIÇÕES MUNICIPAIS QUE SERÃO REALIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, conforme especificações e quantitativos estabelecidos a seguir:

Lote 1- CONSELHO DE JULGAMENTO DESPORTIVO					
Item	Quant.	Unidade	Produto(s)/Serviço(s)	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	10	UNIDADE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COMPOSIÇÃO DE JUNTA DISCIPLINAR OU CONSELHO DE JULGAMENTO (COM JULGAMENTOS NO PRAZO MÁXIMO DE 10 DIAS CADA)	R\$ 772,08	R\$ 7.720,80
					VALOR TOTAL DO LOTE: 7.720,80

Lote2- ARBITRAGEM EM NÍVEL REGIONAL					
Item	Quant.	Unidade	Produto(s)/Serviço(s)	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
2	25	DIARIA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE VOLEIBOL E VÔLEI DE AREIA PESSOAL NECESSÁRIO: DOIS ÁRBITROS E UM MESÁRIO. DIARIA COM ATE 4H DE TRABALHO	R\$ 953,18	R\$ 23.829,50
3	40	DIARIA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL SUÍÇO. PESSOAL NECESSÁRIO: DOIS ARBITROS E UM MESÁRIO. DIARIA COM ATE 4H DE TRABALHO	R\$ 762,48	R\$ 30.499,20



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIUVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: [licitacao@apiuna.sc.gov.br](mailto:licitacao@apiuna.sc.gov.br) ou [licita@apiuna.sc.gov.br](mailto:licita@apiuna.sc.gov.br)

Folha nº

4	80	JOGO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL SUÍÇO, COM DOIS TEMPOS DE VINTE MINUTOS CORRIDOS POR JOGO. PESSOAL NECESSÁRIO: DOIS ARBITROS E UM MESÁRIO	R\$ 370,76	R\$ 29.660,80
5	40	JOGO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL DE CAMPO COM 02 TEMPOS DE 45 MINUTOS CADA. PESSOAL NECESSARIO: UM ARBITRO, DOIS ASSISTENTES E UM MESARIO	R\$ 934,29	R\$ 37.371,60
6	350	JOGO	PRESTACAO DE SERVICO DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE BOCHA, PARTIDA DE 24 PONTOS. PESSOAL NECESSARIO: UM ARBITRO	R\$ 91,91	R\$ 32.168,50
7	60	DIARIA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE MESA E REDE, NAS MODALIDADES: SINUCA, TENIS DE MESA, XADREZ, CANASTRA, TRUCO, DOMINÓ ENTRE OUTROS; PESSOAL NECESSARIO: UM ARBITRO. DIARIA DE ATÉ 4H DE TRABALHO	R\$ 452,53	R\$ 27.151,80
8	50	JOGO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE SALÃO, COM DOIS TEMPOS DE VINTE MINUTOS CORRIDOS, SENDO O ÚLTIMO MINUTO CRONOMETRADO (POR JOGO). PESSOAL NECESSARIO: DOIS ARBITROS E UM MESARIO	R\$ 383,19	R\$ 19.159,50
9	50	JOGO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE SALÃO, COM DOIS TEMPOS DE VINTE MINUTOS CRONOMETRADO. PESSOAL NECESSARIO: DOIS ARBITROS E UM MESARIO	R\$ 402,83	R\$ 20.141,50
10	60	DIARIA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE SALÃO, CATEGORIA DE BASE, SENDO DIARIA DE ATÉ 4 HORAS DE SERVICO - PESSOAL NECESSARIO: DOIS ARBITROS E UM MESARIO	R\$ 883,81	R\$ 53.028,60
11	50	DIARIA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE SALAO, SUICO, FUTEBOL DE CAMPO E DEMAIS MODALIDADES - CATEGORIA DIVERSAS, SENDO DIARIA DE ATÉ 4 HORAS DE SERVICO - PESSOAL NECESSARIO: UM AUXILIAR DE ARBITRAGEM	R\$ 402,75	R\$ 20.137,50
Valor total do lote: R\$ 293.148,50					

**Lote 3 - ARBITRAGEM EM NÍVEL FEDERADO OU ESTADUAL**



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIUVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: [licitacao@apiuna.sc.gov.br](mailto:licitacao@apiuna.sc.gov.br) ou [licita@apiuna.sc.gov.br](mailto:licita@apiuna.sc.gov.br)

Folha nº

Item	Quant.	Unidade	Produto(s)/Serviço(s)	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
12	50	JOGO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE VOLEIBOL E VOLEI DE AREIA, COM SETS DE VINTE E CINCO PONTOS, MELHOR DE TRÊS SETS (TIE BRIEK DE QUINZE PONTOS). PESSOAL NECESSARIO: DOIS ARBITROS SENDO UM FEDERADO OU DE NÍVEL ESTADUAL E UM MESARIO POR JOGO	R\$ 412,54	R\$ 20.627,00
13	10	JOGO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL DE CAMPO COM 02 TEMPOS DE 45 MINUTOS CADA. PESSOAL NECESSARIO: UM ARBITRO FEDERADO OU DE NIVEL ESTADUAL, DOIS ASSISTENTES E UM MESARIO	R\$ 1.272,39	R\$ 12.723,90
14	50	JOGO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE SALÃO, COM DOIS TEMPOS DE VINTE MINUTOS CORRIDOS OU CRONOMETRADO (POR JOGO). PESSOAL NECESSARIO: UM ARBITRO FEDERADO OU DE NIVEL ESTADUAL, UM ARBITRO REGIONAL E UM MESARIO	R\$ 517,65	R\$ 25.882,50
Valor total: R\$ 59.233,40					

Lote 4 - ARBITRAGEM EM NÍVEL CONFEDERADO OU NÍVEL NACIONAL					
Item	Quant.	Unidade	Produto(s)/Serviço(s)	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
15	20	JOGO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE SALÃO, COM DOIS TEMPOS DE VINTE MINUTOS CORRIDOS OU CRONOMETRADO, PESSOAL NECESSÁRIO: UM ARBITRO CONFEDERADO OU DE NÍVEL NACIONAL, UM ARBITRO REGIONAL E UM MESÁRIO	R\$ 1.068,70	R\$ 21.374,00
Valor total: R\$ 21.374,00					

Lote 5 - ARBITRAGEM EM NÍVEL INTERNACIONAL OU FIFA					
Item	Quant.	Unidade	Produto(s)/Serviço(s)	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total



16	10	JOGO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE SALÃO, COM DOIS TEMPOS DE VINTE MINUTOS CORRIDOS OU CRONOMETRADO (POR JOGO). PESSOAL NECESSÁRIO: UM ARBITRO FIFA OU DE NIVEL INTERNACIONAL, UM ARBITRO FEDERADO OU DE NÍVEL ESTADUAL E UM MESÁRIO	R\$ 1.565,92	R\$ 15.659,20
					Valor total: R\$ 15.659,20

Lote 6 – EQUIPE DE GRAVAÇÃO DE IMAGENS DOS JOGOS ARBITRADOS					
Item	Quant.	Unidade	Produto(s)/Serviço(s)	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
7	30	DIARIA	EQUIPE DE GRAVAÇÃO DE IMAGENS DOS JOGOS ARBITRADOS. CONTENDO NO MINIMO 2 CÂMERAS,1 NARRADOR, 1 REPORTER, E AUXILIAR COM TRANSMISSÃO AO VIVO E GRAVADO, DIÁRIA DO SERVIÇO DE 04 HORAS.	R\$ 2.790,17	R\$ 83.705,10
					Valor Total do lote: R\$ 83.705,10

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.1.1 Caso haja prorrogação da ata de registro de preços, o valor dos itens registrados, serão reajustados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado dos últimos 12 (doze) meses, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Dotações Orçamentárias
300 - 13.001.2132.333903999000000000.150070000000 - Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica

## 4. CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.

4.1. O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias após o recebimento do produto, através de depósito bancário, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal/fatura, sem emendas ou rasuras que, após conferidos e



visados, serão encaminhados ao setor de contabilidade para que este proceda à realização do registro da liquidação da despesa no respectivo sistema orçamentário, financeiro e contábil.

**4.1.1.** Todos os pagamentos serão efetuados pelo **MUNICÍPIO**, após serem as notas fiscais conferidas e atestadas pela fiscalização e a **CONTRATADA**, sendo permitida a retenção de tributos municipais, **conforme legislação vigente e suas alterações.**

**4.2.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.

**4.3.** Já estão incluídos nos preços todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento, inclusive as despesas com fretes, seguros em geral, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, da infortunística do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário, bem como lucro, sem que caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à Contratante.

**4.4.** Deverá ser emitida Nota Fiscal para o CNPJ nº 79.373.767/0001-16.

**4.4.1.** A empresa deverá apresentar Nota Fiscal com CNPJ idêntico ao apresentado na proposta e conseqüentemente lançado na Nota de Empenho, devendo constar também o número do processo licitatório e a modalidade, e da Ordem de Compra a fim de acelerar o trâmite de recebimento do produto(s)/serviço(s) e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**4.5.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**4.6.** Antes de cada pagamento à contratada, a CONTRATANTE poderá realizar de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

**4.7.** Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

**4.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**4.9.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

**4.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.



**4.10.1.** Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

**4.11.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**4.11.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**4.12.** O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada uma vez satisfeitas às condições estabelecidas no Edital.

**4.13.** Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS.**

**5.1.** Os preços registrados poderão ser alterados mediante os seguintes instrumentos:

- Reajustamento em sentido estrito;
- Revisão de Preços.

**§ 1º** - O reajustamento em sentido estrito é a forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do preço registrado consistente na aplicação do índice de correção monetária previsto no edital e na respectiva Ata de Registro de Preços, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais.

**Parágrafo único:** Para fins de reajuste será utilizado Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado dos últimos 12 (doze) meses, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**§ 2º** - Revisão de preços é instrumento destinado a restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a manutenção do preço inicialmente registrado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no instrumento convocatório.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.**

**6.1.** Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO.**

### **7.1 DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS**

**7.1.1 Lote 1 - CONSELHO DE JULGAMENTO DESPORTIVO:** Prestação de serviços especializados para composição e atuação de Junta Disciplinar Desportiva, destinada à análise, instrução e julgamento de infrações disciplinares ocorridas



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIÚVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: [licitacao@apiuna.sc.gov.br](mailto:licitacao@apiuna.sc.gov.br) ou [licita@apiuna.sc.gov.br](mailto:licita@apiuna.sc.gov.br)

Folha nº

durante competições esportivas promovidas pelo Município. Os serviços compreenderão a disponibilização de profissionais qualificados para compor a Junta Disciplinar, realização de reuniões, análise de súmulas, relatórios de arbitragem, recursos, representações, protestos e demais documentos relacionados às competições, emissão de pareceres e decisões, aplicação de penalidades previstas nos regulamentos das competições, elaboração de atas e registros dos julgamentos, bem como demais atos necessários ao regular funcionamento da instância disciplinar.

**7.1.2 Lote 2 - ARBITRAGEM EM NÍVEL REGIONAL:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de arbitragem esportiva em nível regional, destinada à realização da primeira fase de competições esportivas, jogos escolares, partidas amistosas das categorias de base, campeonatos de formação, torneios municipais e olimpíadas de bairros. Os serviços compreendem o fornecimento de toda a equipe de arbitragem necessária para cada modalidade esportiva, incluindo árbitros, árbitros assistentes, mesários, auxiliares de arbitragem e demais profissionais exigidos pelas regras da modalidade, conforme quantitativos e especificações previstas neste Termo de Referência. Para fins desta contratação, considera-se árbitro regional o profissional com experiência comprovada na arbitragem da respectiva modalidade esportiva, apto a atuar em competições municipais, intermunicipais e regionais, promovidas por entidades públicas ou privadas, independentemente de filiação a federação estadual. **A comprovação ocorrerá mediante apresentação de certificados de cursos de arbitragem, declarações de atuação, súmulas de competições, atestados de capacidade técnica ou outros documentos idôneos que demonstrem experiência compatível com as atividades a serem executadas.**

**7.1.3 Lote 3 - ARBITRAGEM EM NÍVEL FEDERADO OU ESTADUAL:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de arbitragem em nível federado ou estadual, destina-se a realização de competições municipais de maior relevância técnica, das fases finais das competições municipais e dos jogos escolares, bem como de partidas amistosas, eventos esportivos oficiais, torneios intermunicipais, competições regionais e demais eventos promovidos ou apoiados pelo Município. Os serviços compreendem o fornecimento de toda a equipe de arbitragem necessária para cada modalidade esportiva, incluindo árbitros, árbitros assistentes, mesários, cronometristas e demais profissionais exigidos pelas regras oficiais da modalidade, em conformidade com os quantitativos e especificações estabelecidos neste Termo de Referência. Compete à contratada disponibilizar profissionais habilitados para condução das partidas, aplicação das regras oficiais, preenchimento de súmulas, registro de ocorrências disciplinares, controle técnico das competições, elaboração de relatórios quando solicitados e demais atividades inerentes à arbitragem esportiva.

Para fins desta contratação, considera-se árbitro federado ou de nível estadual o profissional vinculado, credenciado, registrado ou habilitado por federação esportiva estadual oficialmente reconhecida pela respectiva confederação da modalidade, apto a atuar em competições oficiais de âmbito estadual ou superior. **A comprovação da condição de árbitro federado ou de nível estadual será realizada mediante apresentação de carteira funcional, credencial, certificado, declaração expedida pela federação competente ou outro documento equivalente que demonstre a regular habilitação do profissional para atuação em competições oficiais da modalidade correspondente.** Considera-se federação esportiva estadual a entidade de administração do desporto oficialmente vinculada à respectiva confederação nacional da modalidade.



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIÚVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: [licitacao@apiuna.sc.gov.br](mailto:licitacao@apiuna.sc.gov.br) ou [licita@apiuna.sc.gov.br](mailto:licita@apiuna.sc.gov.br)

Folha nº

**7.1.4 Lote 4 - ARBITRAGEM EM NÍVEL CONFEDERADO OU NÍVEL NACIONAL:** Prestação de serviços especializados de arbitragem para partidas de futebol de salão (futsal), destinadas às fases finais de competições municipais, torneios de elevado nível técnico, partidas amistosas, eventos esportivos especiais e competições envolvendo equipes de nível nacional. Os serviços compreendem a disponibilização de equipe de arbitragem composta, no mínimo, por 01 (um) árbitro confederado ou de nível nacional, 01 (um) árbitro regional e 01 (um) mesário por partida, observadas as regras oficiais da modalidade e os regulamentos específicos da competição. As partidas serão disputadas em 02 (dois) tempos de 20 (vinte) minutos, podendo ser realizadas com tempo corrido ou cronometrado, conforme definido pela organização do evento e pelo regulamento aplicável. Compete à equipe de arbitragem conduzir a partida, aplicar as regras oficiais do futsal, registrar ocorrências disciplinares e técnicas, preencher súmulas, controlar o tempo de jogo, registrar gols, advertências, expulsões e demais fatos relevantes ocorridos durante a partida, garantindo a regularidade técnica da competição. Para fins desta contratação, considera-se árbitro confederado ou de nível nacional o profissional devidamente credenciado, habilitado ou integrante do quadro de arbitragem de confederação nacional da modalidade esportiva ou apto a atuar em competições oficiais de abrangência nacional promovidas ou reconhecidas pela respectiva entidade nacional de administração do desporto. **A comprovação da qualificação ocorrerá mediante apresentação de carteira funcional, credencial, certificado, declaração emitida pela confederação competente ou outro documento oficial equivalente que demonstre a habilitação do profissional para atuação em competições de nível nacional.**

**7.1.5 Lote 5 - ARBITRAGEM EM NÍVEL INTERNACIONAL OU FIFA:** Prestação de serviços especializados de arbitragem para partidas de futebol de salão (futsal) de elevado nível técnico, destinadas à realização de partidas amistosas, eventos esportivos especiais, jogos comemorativos, competições oficiais e demais eventos envolvendo equipes, atletas ou delegações de nível internacional. Os serviços compreendem a disponibilização de equipe de arbitragem composta, no mínimo, por 01 (um) árbitro FIFA ou de nível internacional, 01 (um) árbitro federado ou de nível estadual e 01 (um) mesário por partida, observadas as regras oficiais da modalidade e os regulamentos específicos de cada competição ou evento. As partidas serão disputadas em 02 (dois) tempos de 20 (vinte) minutos, podendo ser realizadas com tempo corrido ou cronometrado, conforme estabelecido pela organização do evento e pelas normas aplicáveis à competição. Compete à equipe de arbitragem conduzir a partida, aplicar e interpretar as regras oficiais do futsal, controlar o tempo de jogo, registrar gols, advertências, expulsões e demais ocorrências disciplinares, elaborar e preencher súmulas, relatórios e documentos técnicos necessários, bem como zelar pela regularidade, imparcialidade e segurança técnica da competição. Para fins desta contratação, considera-se árbitro FIFA ou de nível internacional o profissional devidamente credenciado, habilitado ou integrante de quadro de arbitragem reconhecido pela FIFA, pela entidade internacional da modalidade ou por confederação nacional habilitada a indicar árbitros para competições internacionais, apto a atuar em eventos esportivos de caráter internacional. **A comprovação da qualificação será realizada mediante apresentação de credencial FIFA, certificado, carteira funcional, declaração emitida por entidade esportiva competente ou outro documento oficial equivalente que demonstre a habilitação do profissional para atuação em competições internacionais.**

**7.1.6 Lote 6 - EQUIPE DE GRAVAÇÃO DE IMAGENS DOS JOGOS ARBITRADOS:** Prestação de serviços especializados de captação, gravação, produção e transmissão de imagens de eventos esportivos promovidos ou apoiados pelo Município,



com a finalidade de registrar, divulgar e ampliar o acesso da população às competições esportivas realizadas. Os serviços compreenderão a disponibilização de equipe técnica composta, no mínimo, por 02 (duas) câmeras, 01 (um) narrador, 01 (um) repórter e 01 (um) auxiliar técnico, bem como todos os equipamentos necessários para a execução dos trabalhos, incluindo câmeras, tripés, cabeamento, sistema de captação de áudio, computadores, softwares, equipamentos de transmissão e demais recursos indispensáveis à adequada prestação dos serviços. A contratada deverá realizar a cobertura integral dos eventos indicados pela Administração Municipal, promovendo a captação de imagens e áudio, operação dos equipamentos, narração esportiva, entrevistas, transmissão ao vivo por meio digital quando solicitada, gravação integral das partidas e disponibilização do material gravado ao Município. A diária corresponderá à prestação dos serviços por período de até 04 (quatro) horas consecutivas de cobertura, incluindo montagem, operação e desmontagem dos equipamentos necessários à execução dos trabalhos. A transmissão deverá apresentar qualidade compatível com eventos esportivos, possibilitando a adequada identificação das equipes, atletas, arbitragem e demais ocorrências relevantes da partida, garantindo estabilidade da transmissão e registro integral do evento. A contratada será responsável por todos os custos necessários à execução dos serviços, incluindo equipamentos, transporte, alimentação, mão de obra, conexão de internet para transmissão, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais despesas inerentes à prestação dos serviços. Após a realização de cada evento, a contratada deverá disponibilizar ao Município, quando solicitado, cópia digital da gravação integral da partida ou evento esportivo, em formato compatível com os sistemas usuais de reprodução de vídeo.

## 7.2 FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**7.2.1** Os serviços serão executados sob o regime de empreitada por preço unitário, de forma parcelada, conforme a demanda da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Apiúna.

**7.2.1.1** A prestação dos serviços observará o cronograma, datas, horários, locais e demais condições definidas pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, podendo ocorrer em áreas urbanas e rurais do Município, de acordo com a programação dos eventos esportivos e das atividades relacionadas ao objeto da contratação.

**7.2.2** A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer encaminhará à contratada a solicitação dos serviços com antecedência mínima de **03 (três) dias corridos** da realização do evento, contendo todas as informações necessárias à execução do objeto, especialmente a modalidade esportiva, data, horário, local de realização, quantitativo estimado de partidas ou atividades, lote aplicável, nível de arbitragem exigido e demais orientações pertinentes ao evento.

**7.2.3** A contratada deverá responder à solicitação da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer no prazo **máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, contadas do recebimento da solicitação, **encaminhando ao solicitante: a relação nominal dos profissionais designados para a execução dos serviços; a função que será desempenhada por cada profissional no evento e a documentação comprobatória da qualificação dos profissionais exigida para execução dos serviços do respectivo lote, conforme estabelecido neste Termo de Referência.**

**7.2.3.1** A ausência de resposta no prazo estabelecido ou a apresentação de documentação insuficiente poderá ensejar a recusa dos profissionais indicados e a aplicação das penalidades previstas no Edital, e na legislação vigente.



**7.2.3.2** A fiscalização poderá solicitar, a qualquer momento, documentos complementares destinados à comprovação da qualificação dos profissionais indicados.

**7.2.3.3** A Administração poderá recusar qualquer profissional cuja qualificação não esteja devidamente comprovada ou que não atenda aos requisitos mínimos estabelecidos para o respectivo lote, devendo a contratada promover sua substituição em prazo compatível com a realização do evento, sem ônus para o Município.

**7.2.3.4** A substituição de profissionais deverá ser imediatamente comunicada à fiscalização, acompanhada da documentação comprobatória da qualificação do profissional substituto, que deverá atender integralmente às exigências previstas para o respectivo lote.

**7.2.4** A contratada deverá garantir o comparecimento dos profissionais designados nos locais e horários estabelecidos, devidamente uniformizados e aptos à execução dos serviços.

**7.2.5** Os serviços de arbitragem deverão ser executados em conformidade com as regras oficiais de cada modalidade esportiva; com os regulamentos das competições; as orientações da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e os princípios da imparcialidade, ética e disciplina desportiva.

**7.2.6** Ao término de cada partida ou evento, deverão ser entregues à fiscalização, quando aplicável: súmulas; relatórios de arbitragem; atas de julgamento; pareceres; registros disciplinares e demais documentos produzidos durante a execução dos serviços.

**7.2.7** Nos serviços de Conselho de Julgamento Desportivo, a contratada deverá realizar a análise e julgamento das matérias submetidas à apreciação da Junta Disciplinar, emitindo atas, pareceres, decisões e demais documentos pertinentes.

**7.2.8** Nos serviços de gravação e transmissão de imagens, a contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos necessários à execução; garantir a gravação integral do evento; realizar transmissão ao vivo quando prevista; fornecer cópia digital do material gravado quando solicitado pela Administração.

**7.2.9** A fiscalização realizará o acompanhamento da execução contratual mediante: conferência da presença dos profissionais; verificação da qualificação exigida; conferência das súmulas e documentos emitidos; avaliação da qualidade dos serviços prestados; registro de ocorrências em relatório próprio.

**7.2.10** A Administração poderá recusar total ou parcialmente os serviços executados em desacordo com as especificações deste Termo de Referência.

**7.2.11** O pagamento ficará condicionado à comprovação da efetiva execução dos serviços e ao atesto da fiscalização responsável.

**7.2.12** Constituem motivos para aplicação das penalidades previstas no Edital e na legislação vigente:

I – ausência ou atraso injustificado dos profissionais;

II – substituição de profissionais sem autorização da fiscalização;

III – utilização de profissionais sem a qualificação exigida;

IV – descumprimento dos regulamentos das competições;

V – falhas na execução dos serviços;

VI – descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Termo de Referência.



**7.2.13** O recebimento definitivo dos serviços não afasta a responsabilidade da contratada por falhas, irregularidades ou danos decorrentes da execução dos serviços.

7.3 No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente às quantias entregues, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável

7.4. A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais/serviços, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

7.5. O objeto da Ata de Registro de Preços será recebido:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

7.6 O objeto da Ata de Registro de Preços poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS.**

**8.1.** Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**8.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.

**8.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**8.4.** O fiscal do da Ata de Registro de Preços será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

**8.5.** O fiscal designado não deverá ter exercido a função de Pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 - Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).

**8.6.** A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 - Plenário).



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIÚVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: [licitacao@apiuna.sc.gov.br](mailto:licitacao@apiuna.sc.gov.br) ou [licita@apiuna.sc.gov.br](mailto:licita@apiuna.sc.gov.br)

Folha nº

**8.7.** A gestão e a fiscalização será exercida pelos servidores abaixo, nomeados pela portaria nº xx/2026, podendo ser alterada.

<b>Gestor:</b>	<b>Fiscal:</b>	<b>Auxiliar de Fiscal:</b>
Nome: Jairzinho Ceruti Cargo: Secretário de Esportes Matrícula: 51730-4 E-mail: <a href="mailto:esporte@apiuna.sc.gov.br">esporte@apiuna.sc.gov.br</a> Tel. 47 3353-2218	Nome: Alan Barbosa Cargo: Professor Matrícula: 91847-07 E-mail: <a href="mailto:esporte@apiuna.sc.gov.br">esporte@apiuna.sc.gov.br</a>	Nome: Adriano dos Santos Cargo: Professor Matrícula: 78700 E-mail: <a href="mailto:esporte@apiuna.sc.gov.br">esporte@apiuna.sc.gov.br</a>

**8.8** Compete à fiscalização:

I – acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços contratados;

II – verificar o comparecimento dos profissionais previamente designados para cada evento; III – conferir a qualificação técnica dos profissionais, de acordo com as exigências previstas para o respectivo lote;

IV – verificar o cumprimento dos locais, datas, horários e demais condições estabelecidas pela Administração;

V – conferir súmulas, relatórios, atas, pareceres, decisões disciplinares, gravações e demais documentos produzidos durante a execução dos serviços;

VI – registrar em relatório próprio as ocorrências verificadas durante a execução contratual; VII – solicitar esclarecimentos, documentos e providências necessárias à regularização de falhas identificadas;

VIII – recusar serviços, profissionais ou documentos que não atendam às exigências previstas neste Termo de Referência;

IX – encaminhar à autoridade competente os registros de irregularidades para adoção das medidas cabíveis;

X – emitir o atesto da execução dos serviços para fins de liquidação e pagamento.

**8.9** A contratada deverá disponibilizar à fiscalização, sempre que solicitado, todos os documentos necessários à comprovação da qualificação dos profissionais e da efetiva execução dos serviços.

**8.10** A Administração poderá recusar profissionais cuja qualificação técnica não esteja devidamente comprovada ou que não atendam aos requisitos mínimos exigidos para o respectivo lote, devendo a contratada providenciar sua substituição sem ônus para o Município.

**8.11** A medição dos serviços será realizada conforme a unidade de fornecimento prevista para cada item da Ata de Registro de Preços e deste Termo de Referência.

**8.12** Para os serviços de arbitragem remunerados por jogo, a medição ocorrerá por partida efetivamente realizada, mediante apresentação da respectiva súmula ou documento equivalente devidamente preenchido e assinado.

**8.13** Para os serviços remunerados por diária, a medição ocorrerá por diária efetivamente executada, observada a carga horária máxima prevista para cada item e mediante comprovação da efetiva prestação dos serviços.



8.14 Para os serviços de Conselho de Julgamento Desportivo, a medição ocorrerá por sessão efetivamente realizada ou por unidade prevista na planilha de quantitativos, mediante apresentação da respectiva ata, parecer, decisão ou documento equivalente.

8.15 Para os serviços de gravação e transmissão de imagens, a medição ocorrerá por diária efetivamente executada, mediante comprovação da cobertura do evento, transmissão quando aplicável e disponibilização do material gravado ao Município.

8.16 Como condição para o recebimento dos serviços, a contratada deverá apresentar, conforme o caso:

I – súmulas das partidas;

II – relatórios de arbitragem;

III – atas de julgamento;

IV – pareceres e decisões disciplinares;

V – registros de gravação ou transmissão dos eventos;

VI – relação dos profissionais que atuaram no evento;

VII – demais documentos exigidos pela fiscalização.

8.17 O pagamento somente será autorizado após a conferência da documentação apresentada, a verificação da efetiva execução dos serviços e a emissão do atesto pelo fiscal responsável.

8.18 A constatação de falhas, irregularidades ou inexecução parcial dos serviços poderá ensejar a repetição dos serviços, sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas e contratuais cabíveis.

8.19 A aprovação da medição e o recebimento dos serviços não excluem a responsabilidade da contratada por vícios, erros, irregularidades ou danos constatados posteriormente.

## **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.**

### **9.1. Compete à CONTRATADA:**

**9.1.1** Executar os serviços em conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços e da proposta apresentada;

**9.1.2** Disponibilizar profissionais qualificados e em número suficiente para a execução dos serviços contratados, observando as exigências técnicas estabelecidas para cada lote;

**9.1.3** Apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização, os documentos comprobatórios da qualificação técnica dos profissionais designados para a execução dos serviços;

**9.1.4** Cumprir os cronogramas, datas, horários e locais definidos pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;

**9.1.5** Substituir imediatamente qualquer profissional que não compareça ao evento, que não possua a qualificação exigida ou que apresente conduta incompatível com a execução dos serviços;

**9.1.6** Executar os serviços observando os regulamentos das competições, as regras oficiais de cada modalidade esportiva e as orientações da Administração Municipal;

**9.1.7** Fornecer e manter, às suas expensas, todos os materiais, equipamentos, uniformes, sistemas de comunicação, meios de transporte, alimentação, hospedagem e demais recursos necessários à execução dos serviços;



**9.1.8** Entregar à fiscalização, ao final de cada partida ou evento, as súmulas, relatórios, atas, pareceres, registros de julgamento ou demais documentos técnicos exigidos para cada lote;

**9.1.9** Nos serviços de gravação e transmissão de imagens, a contratada deverá disponibilizar toda a estrutura técnica necessária para a captação, gravação e transmissão dos eventos, observando as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), adotando as medidas técnicas e administrativas necessárias para a proteção dos dados pessoais eventualmente tratados durante a execução contratual;

**9.1.10** Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais obrigações decorrentes da execução contratual;

**9.1.11** Comunicar imediatamente à Administração qualquer fato que possa comprometer, atrasar ou impedir a execução dos serviços;

**9.1.12** Responder por danos causados ao Município ou a terceiros decorrentes de ação, omissão, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, prepostos ou profissionais vinculados à execução contratual;

**9.1.13** Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;

**9.1.14** Guardar sigilo sobre informações e documentos aos quais tiver acesso em razão da execução dos serviços.

**9.1.15** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

## **9.2. Compete à CONTRATANTE:**

**9.2.1** Fornecer todas as informações necessárias para a adequada execução dos serviços;

**9.2.2** Definir e informar previamente à contratada os locais, datas, horários e demais condições necessárias para a realização dos eventos;

**9.2.3** Fiscalizar a execução dos serviços, verificando o cumprimento das obrigações contratuais e das especificações estabelecidas neste Termo de Referência;

**9.2.4** Rejeitar, total ou parcialmente, os serviços executados em desacordo com as exigências contratuais;

**9.2.5** Solicitar a substituição de profissionais que não atendam às exigências técnicas ou apresentem conduta incompatível com a execução dos serviços;

**9.2.6** Receber, conferir e atestar as notas fiscais e demais documentos apresentados para fins de pagamento;

**9.2.7** Efetuar os pagamentos devidos na forma e nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência;

**9.2.8** Aplicar as penalidades cabíveis em caso de descumprimento das obrigações contratuais;

**9.2.9** Disponibilizar à contratada os regulamentos das competições, quando existentes, e demais informações necessárias ao desenvolvimento das atividades contratadas.

## **9.2. Compete a CONTRATANTE:**

**a)** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;



- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;
- f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

**10.1.** As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

**10.2.** Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:

**10.2.1.** Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

**10.2.2.** Multa, conforme os seguintes critérios:

**10.2.2.1.** No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;

**10.2.2.2.** No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

**10.2.2.3.** No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

**10.2.2.4.** No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;

**10.2.2.5.** No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;

**10.2.2.6.** No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na entrega da mercadoria / prestação do serviço.

**10.2.3.** Suspensão de Participação em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.

**10.2.4.** Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:



**10.2.4.1.** Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em contrato;

**10.2.4.2.** Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**10.2.4.3.** Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

**10.2.4.4.** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**10.2.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**10.3.** Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

**10.4.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**10.5.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município de Apiúna poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**10.6.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**10.7.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

**10.8.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**10.9.** As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no Diário Oficial dos Municípios.

**10.10. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**10.10.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:**

**a) PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;



**b) PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

**c) PRÁTICA CONCERTADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

**d) PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

**e) PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS.

**11.1.** O registro do fornecedor será cancelado quando:

**I** – Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**II** – Não receber a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**III** – Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**IV** – Sofrer sanção prevista no inciso III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**V** – For condenado por algum dos crimes previstos no art. 178 da Lei Federal nº 14.133/2021, por sentença transitada em julgado.

**11.1.1.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas acima será formalizado após decisão da autoridade competente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**11.2.** O cancelamento de registro de preços poderá decorrer de caso fortuito ou de força maior que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES.

**12.1.** É VEDADO À CONTRATADA:

**12.1.1.** Caucionar ou utilizar esta Ata de Registro de Preços para qualquer operação financeira;

**12.1.2.** Interromper a execução da Ata de Registro de Preços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIUVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: [licitacao@apiuna.sc.gov.br](mailto:licitacao@apiuna.sc.gov.br) ou [licita@apiuna.sc.gov.br](mailto:licita@apiuna.sc.gov.br)

Folha nº

**13.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO.**

**14.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO.**

**15.1.** É eleito o Foro da Comarca de Ascurra/SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

....., ..... DE ..... DE 2026.

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATADA



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIÚVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: [licitacao@apiuna.sc.gov.br](mailto:licitacao@apiuna.sc.gov.br) ou [licita@apiuna.sc.gov.br](mailto:licita@apiuna.sc.gov.br)

Folha nº

## ANEXO I – CADASTRO DE RESERVA – LICITANTES QUE ACEITARAM MANTER O VALOR DA PROPOSTA VENCEDORA Nº \_\_\_/20\_\_

PREGÃO ELETRÔNICO – Registro de Preços Nº 54 / 2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 54 / 2026

1.1. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, ou quando do cancelamento do registro de preços, convocar os licitantes que aceitaram registrar preços iguais ao do licitante vencedor do certame para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante vencedor.

Classificação	Fornecedor	Item	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE APIÚNA

RUA QUINTINO BOCAIÚVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: [licitacao@apiuna.sc.gov.br](mailto:licitacao@apiuna.sc.gov.br) ou [licita@apiuna.sc.gov.br](mailto:licita@apiuna.sc.gov.br)

Folha nº

## ANEXO II – CADASTRO DE RESERVA – LICITANTES QUE MANTIVERAM SUA PROPOSTA ORIGINAL Nº \_\_\_/20\_\_

PREGÃO ELETRÔNICO – Registro de Preços Nº 54 / 2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 54 / 2026

**1.1.** Na hipótese de nenhum dos licitantes terem aceitado a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração poderá convocar aqueles licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário.

**1.2.** A Administração também poderá adjudicar e celebrar a Ata de Registro de Preços nas condições ofertadas pelos licitantes subsequentes atendida à ordem classificatória, quando frustrada à negociação de melhor condição.

Classificação	Fornecedor	Item	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total